

Apresentação

Fábio Wanderley Reis (org.)
Bolivar Lamounier
Olavo Brasil de Lima Jr.
Hélgio Trindade
Judson de Cew

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, F., org. LAMOUNIER, B., *et al.* *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Apresentação. pp. 2-6. ISBN 978-85-99662-96-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

Os autores reunidos neste volume vêm há algum tempo estudando a problemática dos partidos políticos, do processo político-eleitoral, e das alternativas institucionais que se abrem diante do atual regime brasileiro. Os trabalhos aqui apresentados dão continuidade ao que já haviam publicado, mas ao mesmo tempo resultam de um esforço coletivo de pesquisa que talvez seja inédito entre nós e que, por isso mesmo, merece ser relatado.

Ninguém desconhece que a eleição de 1974, dados os seus resultados até certo ponto imprevisíveis, retirou os partidos políticos e o processo eleitoral do limbo a que haviam sido atirados pelo regime autoritário e dramatizou a urgência de uma reformulação político-institucional. No terreno acadêmico, esse acontecimento teve o efeito de revigorar um campo de estudos até certo ponto abandonado. Testemunho desse renovado interesse foi por exemplo a coletânea *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, editada em 1975 por Bolívar Lamounier e Fernando H. Cardoso. Foi a partir dos trabalhos produzidos em 1974, incluídos na referida coletânea, que um grupo de pesquisadores decidiu dar continuidade a esta linha de estudos. Em novembro de 1975, sob os auspícios do Departamento de Ciência Política da UFMG, realizou-se em Belo Horizonte um seminário intitulado *As eleições e o problema institucional*, e discutiu-se a possibilidade de pesquisar em vários estados, de maneira padronizada e comparativa, as eleições municipais previstas para 1976. O presente livro, baseando-se em pesquisas feitas em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, é o resultado desse projeto. Para melhor compreendê-lo, é conveniente recordar aqui alguns aspectos da conjuntura.

As análises do regime vigente no Brasil convergem com muita frequência na indicação de seus pilares básicos. O principal deles é sem dúvida a coesão das forças armadas. Mas essa coesão não se baseia exclusivamente no profissionalismo e nas características específicas da organização militar. Ela é também assegurada e cimentada por princípios de legitimação externos à organização militar, ou seja, por influxos provenientes da opinião pública civil: por manifestações, recomendações, pressões e incentivos imensamente variados. Sem negar a enorme heterogeneidade de suas fontes e conteúdos, é porém lícito afirmar que o

processo de legitimação passou por duas fases distintas, encontrando-se agora numa terceira. A primeira foi o próprio signo sob o qual se fez o movimento militar de 1964: uma legitimação eminentemente negativa, *contra a subversão e a corrupção*. A segunda, a partir de 1967, foi o crescimento econômico, as altas taxas de expansão do PNB, o ufanismo, a entronização de uma particular concepção de eficiência. Em todo esse período, até 1974, os intentos de formular uma legitimação autoritária *permanente* defrontaram-se invariavelmente com sinais imediatos de inviabilidade, contestados que eram a cada passo dentro do próprio círculo das elites governamentais, econômicas, religiosas e intelectuais do país. E, portanto compreensível que, esgotadas as condições que haviam favorecido o ciclo ufanista, a busca da legitimidade se identificasse cada vez mais com os anseios, antes reprimidos, de *normalização* institucional; e também que o processo eleitoral e os partidos políticos reassumissem nesse processo um papel destacado.

Nesta linha de raciocínio, parece incontestável que as eleições de 1974 tiveram um significado crucial. De um lado, tornou-se patente que o eleitorado *não* emprestava ao regime a legitimidade que muitos de seus agentes julgavam possuir. Este ponto torna-se ainda mais evidente se considerarmos que a campanha daquele ano se desenvolveu sob uma atmosfera ainda carregada de expectativas e memórias do autoritarismo no seu auge, e que o voto de oposição destinava-se a um partido sabidamente frágil, desconexo, de escasso valor como veículo para a realização imediata de metas práticas. Por outro lado, e isto por certo não passou despercebido aos orientadores da política oficial, a tendência oposicionista mostrou-se mais acentuada nas grandes cidades, nas regiões mais desenvolvidas, nas zonas densamente industrializadas: ou seja, precisamente ali onde maiores haviam sido os benefícios econômicos dos anos precedentes. Ali, sobretudo, onde se localizam os elementos mais dinâmicos do processo econômico, tornando-se portanto evidente que o regime se apoiava, como ainda se apoia, numa entidade partidária quase certamente fadada à estagnação.

Sabe-se que o voto, visto sob o ângulo do Direito ou da Teoria Política, expressa um *mandato*, unia vontade coletiva unificada, um acordo ou desacordo com o grupo dirigente e suas políticas. Sociologicamente, entretanto, nem sempre é possível interpretar nesses termos uma manifestação eleitoral. Sabem os sociólogos, como sabem os políticos, os

governantes, os dirigentes de partido, que os milhões de votos depositados nas urnas expressam algo às vezes muito mais complexo do que o *sim* e o *não*, a preferência pelo partido *A* ou pelo partido *B*. Existe o voto altamente informado sobre as atividades do governo, mas existe também o voto casual, o voto desinformado, o voto clientelístico. O voto *ideológico* convive com o voto de *cabresto*.

Na conjuntura que se abriu após a eleição de 1974, a necessidade de *ponderar* esses ingredientes apresentou-se de maneira aguda. Em que medida, com efeito, poder-se-ia pretender ver nos resultados de 1974 uma manifestação definida sobre o regime? É fácil ver que esta questão, embora referida às condições particulares daquele ano, encerram uma indagação muito mais ampla e sem dúvida decisiva para a própria teoria da democracia, a saber: a questão da *racionalidade* do voto e do processo eleitoral. Na história brasileira, o descompasso entre as instituições e o comportamento, ou seja, entre normas de representação que *supõem* a racionalidade do eleitor e condições sociais que não a favorecem ou não a permitem, é um tema clássico. Desde a República Velha, quando os críticos do modelo adotado em 1891 denunciavam o antagonismo do Brasil *legal* com o Brasil *real*, até as últimas eleições do período pré-1964, quando se lamentava o voto de *clientela* e se almejava o voto *ideológico*, não poucos observadores da realidade brasileira viram nessa dicotomia a questão central.

Nas circunstâncias de 1974, como dizíamos, estes problemas se reapresentaram de maneira particularmente aguda. Ter-se-ia dado, durante o período autoritário, e apesar dele, um “amadurecimento” sem precedentes do eleitorado brasileiro? Que parcela dos eleitores teria dado ao voto um sentido consciente e preciso de oposição ao regime, e portanto de retorno à democracia e ao Estado de Direito? Por certo, não faltaram indícios (a coletânea *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, já citada, demonstra cabalmente) de que uma grande parte do eleitorado orientou-se por percepções muito difusas dos partidos e das alternativas por eles representadas. Para muitos, o MDB era o partido dos “pobres”, do “homem comum”; a ARENA, dos “ricos”, do “governo”. E nada mais. Surgia, assim, a possibilidade de interpretações muito diversas: de um lado, a possibilidade de afirmar que, apesar de tudo, o comportamento diante das urnas não fora errático, obedecendo inclusive a clivagens sócio-econômicas facilmente perceptíveis, pelo menos nas grandes cidades. De outro, a

possibilidade de afirmar que tudo não passara de um protesto não só desinformado, mas também difuso, instável, e portanto facilmente reversível em pleitos futuros.

A eleição municipal prevista para 1976 apresentava-se assim como uma oportunidade apropriada para um exame mais aprofundado das questões acima referidas. Seu caráter local, longe de prejudicar de antemão as indagações que nos interessavam, de certa forma as favorecia, pois teríamos a contraposição de fatores puramente locais às preocupações mais amplas da política nacional, tendo em vista que o governo Geisel cogitou, até certo momento pelo menos, de transformar o pleito numa ocasião plebiscitária para confirmar ou não as tendências observadas em 1974. É certo que essa intenção prevaleceu tão somente ao nível retórico: procurou-se, ao contrário, através da Lei Falcão, retirar da campanha os elos que a tomariam mais significativa em escala nacional. Pareceu-nos, entretanto, que o projeto se justificava mesmo naquelas condições. Partindo do pressuposto de que o processo eleitoral brasileiro, em que pese a prolongada tradição brasileira de cerceamento à participação e, em particular, as duras restrições dos últimos 15 anos, revela notáveis continuidades, vimos na eleição de 1976 uma oportunidade para apreender de maneira mais precisa em que consistiria essa *lógica* subjacente.

Em que sentido caberia falar de uma lógica no processo eleitoral? Desde logo, no sentido de que as diferenciações entre capital e interior, entre grandes e pequenas cidades, entre bairros ricos e pobres nas grandes capitais, fartamente documentadas até mesmo para o período de 1945 a 1964, permitem descartar a hipótese de um comportamento eleitoral errático. Tratava-se, porém, em 1976, de ultrapassar este nível superficial, quase morfológico, e examinar de maneira mais próxima o microcosmo das atitudes, percepções, expectativas e frustrações que se associam ao voto. Supúnhamos, além disso, que os diversos condicionamentos que agem sobre o comportamento eleitoral seriam eles mesmos estruturados de maneira diversa em diferentes *contextos* sócio-econômicos, como os representados por cidades basicamente industriais, ou basicamente agrário-comerciais, ou basicamente administrativas. Haveria, em outras palavras, diferentes *lógicas* no voto urbano, ou diferentes maneiras de se concretizar a grande lógica que há várias décadas se observa no contraste entre o urbano e o não-urbano.

Com estes objetivos em mente, projetamos uma pesquisa por amostragem nas três semanas imediatamente anteriores à eleição de 15 de novembro de 1976. Aplicar-se-ia à população adulta de quatro cidades um questionário razoavelmente longo, capaz de fornecer elementos para uma análise detalhada da decisão de votar e de seus correlatos sócio-econômicos, informacionais, e ideológicos. As cidades escolhidas, tendo em vista a existência de apoio local para a organização da pesquisa e de importantes diferenças entre elas no tocante à estrutura sócio-econômica, foram Presidente Prudente (São Paulo), Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Niterói (Rio de Janeiro), e Juiz de Fora (Minas Gerais).

A pesquisa em ciências sociais, e em particular a pesquisa sobre partidos e comportamento eleitoral, tem enfrentado não poucas dificuldades no Brasil. Mesmo no presente caso, em que pese o apoio das entidades abaixo nomeadas, a escassez de recursos financeiros, a urgência de outras tarefas pelas quais os autores são responsáveis em suas respectivas instituições, e outras dificuldades, impediram uma interação mais frequente, de tal forma que os resultados aqui apresentados não possuem o caráter rigorosamente comparativo e padronizado que havíamos almejado. Baseiam-se em instrumentos de pesquisa padronizados, mas são ainda ensaios independentes, sob a responsabilidade individual de cada um. Na conclusão final, o organizador, Fábio Wanderley Reis, salienta os pontos de convergência mais importantes entre os quatro estudos.

Cabe nesta oportunidade um agradecimento especial à Fundação Ford, que doou os recursos necessários para a realização dos quatro *surveys*, e à FUNDEP – Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG –, que se encarregou da administração financeira e contábil, e o fez com a flexibilidade indispensável na execução de trabalhos desta natureza. Agradecemos ainda aos entrevistadores e à população das quatro cidades, os entrevistados, pela colaboração prestada.